

Dulce Freire, 2013 in Mundo Rural: mito ou realidade / Organização de Vanda Aparecida da Silva e Renato Miguel do Carmo. São Paulo: Annablume, 2013.

Fome de terra e de trabalho. Rendimentos e identidades no Ribatejo na segunda metade do século XX

Dulce Freire¹

Se as *crises alimentares* dos anos 90 tinham enfatizado os debates em torno da qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores, com os recentes aumentos dos preços dos cereais, a questão da quantidade de bens disponíveis nos mercados voltou a estar no centro das análises. Mesmo na Europa Ocidental, a inquietação da fome agitou algumas consciências, acordando fantasmas adormecidos desde a *era de ouro* dos anos 50. Em Portugal, onde a fome endêmica atravessou quase todo o século XX, um possível *regresso à terra* agrícola abandonada nas últimas décadas voltou a merecer discussão e talvez tenha ganho (momentaneamente) mais adeptos.

Ainda que, na Europa Ocidental, a conjugação das dinâmicas econômicas e sociais com as políticas da União Europeia tenha vindo a favorecer o recuo das áreas cultivadas, em algumas regiões a agricultura continua a estar no centro dos interesses e das decisões. Em Portugal, o Ribatejo é uma dessas regiões. Estendendo-se pela lezíria do rio Tejo até às portas de Lisboa, a região concentra a maior extensão da terra mais fértil de que o país dispõe e está acessível aos principais mercados de consumo urbano e de exportação. É antiga e ampla a percepção de que esta é uma região com elevado potencial agrícola, sendo a prodigalidade do vale do Tejo muitas vezes comparada com a do Nilo. O desenvolvimento de uma pesquisa centrada nesta região², ao identificar as relações de poder e a diversidade de objetivos que

¹ Investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

² Para esta investigação, que correspondeu ao projeto de doutoramento (para o qual beneficiei de uma bolsa concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia) recorri a diferentes métodos de pesquisa e a várias escalas de análise. A par da consulta de arquivos de âmbito nacional, regional e local, realizei trabalho de campo (14 meses entre 2002 e 2003) no concelho de Alpiarça.

têm estado subjacentes às decisões relacionadas com a exploração dos recursos naturais, contribuiu para esclarecer como é que a atual relevância agrícola tem sido historicamente construída.

No contexto de um país que, até ao início dos anos 60 do século passado, tinha na agricultura o principal contribuinte para o Produto Interno Bruto, o Ribatejo constituiu-se para muitos como uma *terra da promessa*. Verifica-se que, até finais do século XX, este foi um destino muito atrativo para milhares de portugueses que, abandonando as localidades de origem, ambicionavam *melhorar de vida*. Como demonstrarei seguidamente, grande parte dessa atração decorria das oportunidades oferecidas na região para combinar várias formas de acesso à terra com a obtenção de diferentes montantes salariais ao longo da sazonalidade das tarefas agrícolas. No âmbito dos estudos que têm vindo a ser dedicados às sociedades e economias rurais, o desenvolvimento dos argumentos que sustentam estas afirmações visam contribuir para problematizar três questões principais.

A primeira remete para as pesquisas que têm vindo a ser dedicadas a Portugal. A posição relativa do Ribatejo na geografia do país tem ajudado a inserir os concelhos da região (sobretudo os localizados na margem esquerda do Tejo) nos *campos do Sul*. O que tem facilitado a extensão às relações económicas e sociais locais de visões que estabelecem uma divisão dicotômica do país. De um lado, um *Norte* dominado por pequenas propriedades exploradas por camponeses, pouco empenhados em movimentos de *luta* e resistência, avessos a inovações tecnológicas e ideologicamente conservadores. Do outro, um *Sul* onde predominam assalariados rurais dependentes do trabalho oferecido nas grandes propriedades, capazes de afrontar explicitamente os poderes instituídos para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida. Enquanto nos *campos do Norte* o acesso à terra seria muito disputado e atenuaria a conflitualidade social, nos *campos do Sul*, pelo contrário, não haveria *fome de terra*, estando as relações laborais no centro da *luta de classes*. No seguimento dos contributos dados por outros estudos recentes para matizar estas visões extremadas dos *campos* portugueses, os resultados da pesquisa desenvolvida no Ribatejo e em Alpiarça permitem afirmar que, pelo menos aqui, a *fome de terra* existiu.

A segunda questão, que se pode inserir nos debates mais amplos acerca dos estatutos sociais e dos mecanismos de politização em contexto rural, decorre da constatação de que em Alpiarça a *fome de terra*, não era incompatível com a *fome de trabalho*, nem com a adesão ao Partido Comunista Português. À semelhança do que aconteceu em outras localidades do Ribatejo e do Alentejo, esta vila ficou marcada por décadas de empenhamento de grande parte da população em *lutas* contra os patrões locais e/ou as ditaduras que governaram

o país (1926-1974). Torna-se assim necessário discutir como, num partido que ideologicamente valorizava os estatutos e as solidariedades operárias e minimizava a capacidade de intervenção política dos camponeses, foi possível uma larga adesão local e o enquadramento organizativo das atividades subversivas protagonizadas pelos alpiarçenses. Entre outros aspectos, esta discussão exige que se analisem as conexões entre estatutos econômicos e processos de construção de identidades sociais e locais.

Finalmente, numa época em que continua a apelar-se ao *regresso às fontes* e ao desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares, colocam-se em confronto neste artigo dados quantitativos e qualitativos de diferentes proveniências. Procura-se assim contribuir para aprofundar a complexidade da análise das relações econômicas, sociais e políticas em contexto rural. Em Portugal, nas últimas décadas, a escassa inserção de problemáticas rurais e agrícolas nas pesquisas e nos debates das ciências sociais tem facilitado a reprodução de categorias e argumentos descurando, por vezes, a necessárias fundamentações empíricas e revisões teóricas. À semelhança do que tem vindo a ser realizado em outros países e regiões, através da diversificação das perspectivas de análise e da multiplicação de pesquisas tornar-se-á possível criticar e ultrapassar os clichés transmitidos pelas visões elitistas e urbanas (Villares, 2000) sobre os campos e aqueles que os têm povoado.

Este artigo desenrola-se em três partes. Na primeira indaga-se sobre o poder de atração do Ribatejo e a origem de quantos por aqui procuraram *melhorar de vida*. Seguidamente, esclarece-se como é que a terra e o trabalho agrícola eram fontes de rendimentos essenciais para grande parte da população do concelho. Na última parte, analisam-se os discursos e os processos de construção identitária dos grupos sociais localmente majoritários.

EM BUSCA DA TERRA DA PROMISSÃO

A região do Ribatejo estrutura-se em torno do troço final do vale do rio Tejo que, nascendo em Espanha, desagua em Lisboa. As margens do rio constituem-se como imensas campinas quase planas, férteis e irrigáveis. De cada um dos lados do estuário, que localmente recebe a denominação de *lezíria* ou *campo*, a região estende-se para as pequenas elevações em redor. Na margem esquerda do rio, essas zonas arenosas, irregulares e menos férteis são designadas por *charneca*. Para os geógrafos, o Ribatejo é uma zona de elevado poliformismo que faz a transição entre o litoral e o interior, entre a diversidade paisagística da Estremadura e a monotonia do Alentejo (Ribeiro, Lautenssach, Daveau, 1991: 1258-1259).

proprietários eram pouco numerosos. Se o mesmo tinha sido notado por Afonso de Barros nos anos 80 em Albernoa (Beja), este autor reconhece que, apesar de não serem em elevado número, estes desempenhavam papéis importantes na comunidade (Barros, 1986). Na ribatejana freguesia do Couço (Coruche), Paula Godinho também detectou, que entre trabalhadores rurais e grandes proprietários existem "grupos mesclados de entremeio, que incluíam seareiros e rendeiros" (Godinho, 2001:80). Como salientou recentemente Renato Carmo, uma análise mais atenta das estatísticas oficiais mostra que a complexidade social do Alentejo é maior do que as imagens de rígida estratificação que têm sido recorrentemente apresentadas (Carmo, 2007).

É plausível admitir que, tal como tem acontecido para outros países da Europa do Sul onde as imagens referidas por José Sobral tiveram larga aceitação, a multiplicação de pesquisas promovidas pelos cientistas sociais permita compreender a complexidade de interesses, perspectivas e objetivos que atravessam a sociedade contemporânea em Portugal. Como refiro com mais detalhe em outro sítio (Freire, 2007), essas abordagens beneficiam do recurso a métodos de pesquisa que permitam recolher dados quantitativos e qualitativos de diferentes proveniências. Além de uma crítica das fontes estatísticas produzidas pelo Estado (cujas incongruências conduzem facilmente a *visões distorcidas* do passado), tornar-se-á possível contrariar invisibilidade do *mundo rural* na História Contemporânea de portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M., FERREIRA, A. C. *Relatório das possibilidades de aproveitamento das zonas de sequeiro do Sul. Distrito de Santarém*. 1948. Relatório dactilografado, Junta de Colonização Interna, Lisboa.

ANDRADE, A. de N. *Relatório das cheias do Tejo e outros rios no Inverno de 1935-1936 Separata do Anuário dos Serviços Hidráulicos de 1936*.1938. Imprensa Nacional, Lisboa

ARÓSTEGUI, J. «Historia y tiempo presente. Un nuevo horizonte de la historiografía contemporaneista», *Cuadernos de Historia Contemporânea*, nº20. pp 15-18.1998.

BAPTISTA, E O. *A política agrária do Estado Novo*. 1993. Edições Afrontamento. Porto.

BARROS, A. De. *Do latmdismo à reforma agrária. O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*.1986. Centro de Estudos de Economia Agrária/Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

CARMO, R., «As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX», *Análise Social*, vol.XLII (184). pp811-835. 2007.

COUTO, G. T do. *Breve notícia de Almeirim*. 1991 [1859]. Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Almeirim. Almeirim.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 1999. Fim de Século. Lisboa.

CUSTÓDIO, F. (coord). *Alpiarça. As casas e os homens*. 2000. 3vols. Câmara Municipal de Alpiarça. Alpiarça.

CUTILEIRO, J. *Ricos e pobres no Alentejo*. 1977. Sá da Costa. Lisboa.

FERNANDES, M. *A terra de Catarina. Do latifúndio à Reforma Agrária, ocupações de terras e relações sociais em Baleizão*. 2006. Celta Editora. Oeiras.

FERNÁNDEZ PRIETO, L. «Mito y realidad del atraso tecnológico en las agriculturas españolas del siglo XX», In *Societés rurales du)(e Siècle, France, Italia, Espagne*, Jordi Canal, G. Pécout, M. Ridolfi (dir) Rome, École Française de Rome. Rome. 2004.

FERNÁNDEZ PRIETO, L. (dir). *Terra e progreso. Historia agraria da Galicia contemporânea*. 2000. Edicións Xerais de Galicia. Vigo.

FREIRE, D. *Produzir e beber. A crise dos anos 30 e a questão vinícola em Portugal*. 2010. Edições Âncora. Lisboa.

FREIRE, D. *Portugal e a terra. Itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*. 2007. Dissertação (Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

GODINHO, P. *Memórias da resistência rural no Sul. Couço 1958-1962*, 2001. Celta Editora. Oeiras.

JÚNIOR, A. A. *Ribatejo vinícola*. 1946. Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Ministério da Economia, Lisboa.

MARTINS, C. A. «A filoxera e a vitivinicultura nacional», *Análise Social*, V. XXVI (112/113). pp 653-688. 1991.

MENDRAS, H. *La fin des paysans vingt ans après. Suivi d'une reflexion sur la fin des paysans*. 1984. Actes Sud. S.l.ed.

NEVES, J. *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*. 2008. Tinta da China. Lisboa.

O'NEILL, B. *Proprietários, lavradores e jornaleros*. 1984. *Publicações D. Quixote*. Lisboa.

PEREIRA, J. Pacheco, 1983, *Conflitos sociais nos campos do Sul*. 1983. Publicações Europa-América. Mem Martins.

X Recenseamento geral da população. No Continente e Ilhas Adjacentes. T 1, V Prédios e fogos; população — dados retrospectivos (distritos, concelhos e freguesias), 1960, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S., *Geografia de Portugal, IV A vida económica e social*, 1994. Edições João Sá da Costa. Lisboa.

SCOTT, J. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human conditions have failed*. 1998. Yale University Press. New Haven.

SILVA, M. C. *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. 1998. Edições Afrontamento. Porto.

SILVA, J., REIS, A., CAMILO, F. *Mouchão do Inglês. Inquérito económico-social no perímetro*. 1962. Relatório dactilografado, Junta de Colonização Interna. Lisboa.

VALENTE, V. C., SAMPAIO, J. S. 1955, *Inquérito agrícola e florestal ao concelho de Alpiarça*. 1955. Relatório dactilografado, Plano de Fomento Agrário, Ministério da Economia, Lisboa.

VILLARES, R. «Política y mundo rural en España contemporánea. Algunas consideraciones historiográficas», In *La politisation des campagnes au XIXe siècle. France, Italie, Espagne, Portugal*. 2000. École Française de Rome. Rome.